

O fluxo de arte e as relações internacionais: narrativa, circulação e identidade nacional

Jorge Mascarenhas Lasmar*

RESUMO

As obras de arte são consagradas e adquirem sentido ao longo de seu processo de circulação no qual narram a sua biografia e trocam experiências. Os Estados se apropriam dos fluxos de arte, através dos quais constroem e narram sua identidade, criando expectativas contrafáticas acerca de suas funções e papel. Essas expectativas legitimam e validam a própria concepção de Estado, na medida em que cria conhecimento coletivo sobre ele, tanto para o "eu" quanto para o "outro". Com as mudanças recentes no sistema internacional, surgiram novos canais de circulação, que fogem ao controle estatal, gerando mudanças no conhecimento coletivo acerca da identidade e função do Estado.

As relações culturais adquiriram, nas últimas décadas, maior importância e sentido. Dentro do contexto de internacionalização das indústrias de cultura de massa e do surgimento de novos canais de trocas comerciais e culturais, entre atores estatais e transnacionais, surge uma demanda por novos debates e estudos da área cultural.

Neste sentido, o presente artigo visa o estudo da circulação dos fluxos culturais como forma de se construir a narrativa e a identidade nacional. Para tanto, o trabalho será desenvolvido, em um primeiro momento, a partir da compreensão das relações de consagração artística e de como a arte se vincula à identidade na-

* Graduando em Relações Internacionais pela PUC Minas.

cional. Em um segundo momento, será abordado como a apropriação estatal dos fluxos de arte serve à construção do nacional. Por fim, trataremos da circulação dos fluxos de arte em duas lógicas: a westphaliana e a pós-westphaliana.

O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO SOCIAL DAS OBRAS DE ARTE

As transformações históricas das relações e fatores de produção (a ascensão de novas classes, a redefinição do papel e relações de antigas classes existentes, as mudanças dos meios de produção industrial e cultural, o próprio reconhecimento dessas mudanças etc.) determinam mudanças na percepção e sentimento da sensibilidade humana. De fato, como percebeu Benjamin, na modernidade, as obras-de-arte passam a serem percebidas pelo público como objetos de consumo, como mercadorias fetichizadas e não mais como objetos de culto. Cria-se um sentimento de desejo de consumo da obra. Esta percepção social da obra-de-arte e de seu papel acarretaria uma profunda mudança no próprio sentido da arte, uma vez que a reprodução irá por um fim à idéia de autenticidade, com a liquidação da tradição, significando a perda da aura e o fim do caráter romântico e metafísico da obra-de-arte. (cf. Benjamin, 1985)

Nesse sentido, marcaria o próprio limite da experiência estética uma vez que a comoditização torna-se, dessa forma, a grande questão da arte. Ao ingressarem no circuito das trocas e se vincularem ao regime do consumo, as obras-de-arte perderiam sua aura. Assim, as vicissitudes na estrutura social parecem determinar uma mudança no significado do que seja arte. Todavia, com Appadurai podemos pensar a arte a partir das interações entre os atores envolvidos no processo de consagração e circulação artística. No ensaio **The social life of things: commodities in cultural perspective** (1995), Appadurai retoma a obra de Baudrillard, para quem o consumo tem um forte caráter cultural, atribuindo ao próprio ato um consumo de signos e não somente de objetos, indo além da interpretação marxista da teoria do valor (uso x troca). Appadurai destaca, assim, o caráter social e simbólico do consumo e da circulação de bens.

Segundo o autor, as trocas econômicas criam o valor, o que confere caráter político e vida social às commodities. Os objetos são valiosos, na medida em que resistem à nossa pretensão (desejo) de possuí-los (cf. Simmel *apud* Appadurai, 1995). A troca econômica seria o meio pelo qual essa distância é reduzida. É a troca que determinaria os parâmetros de utilidade e raridade. A troca seria a própria fonte do valor. (cf. Simmel *apud* Appadurai, 1995)

Os diferentes objetos, contudo, circulam em distintos regimes de valor, espaço e tempo. Portanto, as commodities podem se encontrar em diferentes situações de circulação ou potencial de circulação. Appadurai aponta três situações: a fase de commodities da vida social de qualquer objeto; a fase da candidatura de qualquer objeto; e a fase do contexto da commodity na qual, qualquer objeto pode ser colocado. A primeira fase é a propriedade que as commodities têm de entrar e sair de circulação e, portanto, do estado de commodities enquanto objeto de troca. A sua fase de commodity não esgota sua história.¹ Ela é culturalmente regulada e interpretada. O objeto fora do mercado pode futuramente retornar e vice-versa. A segunda situação se refere aos padrões, critérios e processos (cognitivos, morais, políticos etc.) que irão definir as condições e o contexto das trocas. Essa situação vai além da estrutura cultural na qual a troca é feita (e que pode ser determinada por padrões sociais estáveis), mas também inclui o contexto intra-social, em que ocorrem trocas cujos entendimentos de troca não se convergem, e o contexto de trocas trans-sociais, em que as transações além-fronteiras têm pouca conversão de valores, muitas vezes tendo apenas o preço como acordo. Por fim, o contexto da commodity que seria “[...] a variedade de arenas sociais, dentro ou entre unidades culturais, que ajuda a ligar a candidatura do objeto à fase de commodities de sua história” (cf. Simmel *apud* Appadurai, 1995, p. 15, Trad. do autor). Esse contexto, em toda a sua variedade, fornece a complexa inter-relação entre o ambiente social da commodity com o seu aspecto simbólico e temporal seja ela trans ou intra societal, além de determinar o grau desta interação (cf. Idem.). A partir desta percepção da commodity, do ponto de vista das condições e relações estabelecidas através de seu regime de valor e circulação, a definição de commodity deve ser re-analisada e reconceituada como “objetos que, em uma certa fase de sua história e em um contexto particular, encontram os requisitos da candidatura do commodity”. (cf. Simmel *apud* Appadurai, 1995, p. 16, Trad. do autor)

Partindo desta ótica, podemos concordar com Benjamin que as mudanças históricas no processo de produção determinaram mudanças de percepção das obras-de-arte. Mas o ingresso destas no circuito do consumo não representa necessariamente a perda de sua aura. A (nova) percepção da aura está não mais no

¹ A “história do commodity” é a “biografia” de um objeto distinto enquanto este se move entre diferentes proprietários, usos e contextos, se distinguindo, dessa maneira, da história social do objeto (cf. Appadurai, 1995, p. 34), apesar de ambas estarem interligadas.

objeto ontologicamente considerado, mas nas suas condições, situações e relações de troca e circulação.

Partindo de uma análise relacional das variáveis envolvidas, contudo, podemos perceber, segundo Appadurai, que:

Deve estar agora claro que o capitalismo não representa apenas um desenho tecnoeconômico, mas um sistema social complexo, com uma história muito especial no mundo ocidental contemporâneo. [...] Demanda é, desta maneira, a expressão econômica da lógica política do consumo e, assim, a sua base deve ser pensada nesta lógica. (Appadurai, 1995, p. 48-49, trad. do autor)

A perspectiva cultural do capitalismo permite perceber o consumo como atividade social e relacional, para além da utilidade e necessidade. As relações de troca imprimem à commodity não somente a peculiaridade de emitir mensagens sociais, mas também a de recebê-las (cf. Appadurai, 1995). Isto é possível devido ao caráter subjetivo da valoração, que cria diferentes regimes de valores. A valoração irá determinar as fases da commodity em questão e, desta maneira, as relações e condições de sua circulação. Essa idéia se liga diretamente à commodity, que “recebe” as mensagens sociais que lhe são transcritas através da – e refletidas na – história de sua circulação. A commodity passa, então, a ter uma biografia própria e distinta das demais, por mais que haja produtos semelhantes. A circulação cria, portanto, uma história e uma experiência (memória) para a commodity. Entretanto, a commodity não apenas recebe mensagens, mas também as transmite, associando-se à figura do narrador que Benjamin nos apresenta em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1985). Quando o objeto grava, em si, sua trajetória (e as mensagens sociais ali embutidas), também grava experiência (memória, vivência, sabedoria). A commodity passa, dessa maneira, a narrá-la através da leitura de sua biografia.² Nesse ponto, as relações e condições da circulação e fluxos de commodities adquirem um importante papel. As fases, potencialidades e candidaturas, envolvidas no processo de circulação do bem em questão, irão desempenhar um triplo papel: criarão a história e a experiência da commodity (a sua biografia e a própria narrativa); irão se consagrar como meio (veículo) de transmissão dessa experiência e história; e serão um instrumento determinante na leitura da narrativa. O primeiro papel desempenhado pelas relações da circu-

² A narrativa é, para Benjamin, diferente da mera informação. Esta enseja uma verificação e assimilação imediata, enquanto que aquela adquire especial importância por tratar-se de uma troca de experiências. (cf. Benjamin, 1985)

lação tornará cada objeto único e autêntico, ao mesmo tempo em que o marcará com a história e experiência peculiar de cada uma das pessoas (ou grupos sociais) envolvidos em alguma fase de sua circulação, deixando, na analogia usada por Benjamin (1985), as marcas dos oleiros que trabalharam o vaso. O segundo determinará as condições das trocas e fluxos materiais das commodities. Os fluxos, trocas e circulação irão, necessariamente, gerar a troca de experiências (embora nem sempre esta seja lida). O terceiro papel se fará também em atenção à fase de circulação do objeto, na medida em que a fase em que se encontra o objeto chama atenção (ou não) para a sua biografia, por exemplo, ou as condições e o contexto de sua transmissão propriamente dita irão fornecer os códigos e vocabulário para a leitura da narrativa. Por fim, todos os três papéis se interligam de maneira fluida, não havendo uma distinção clara e fixa entre eles.

Assim, a construção social da autenticidade das obras-de-arte estaria vinculada às relações, condições, fases e candidaturas da circulação, peculiares a cada objeto específico, tanto que estes adquirem uma biografia e uma narrativa.³ A perspectiva da circulação permite a compreensão das instâncias de consagração. O valor de culto de uma obra se constrói muito mais pela situação e potencialidade de circulação do que através de instituições (a não ser no sentido do que estas representam para a circulação e troca) propriamente ditas.

Pierre Bourdieu (1977), apesar de adotar uma análise relacional das estruturas sociais envolvidas com a produção e consumo das obras-de-arte, desenvolve sua obra enfocando as instituições relacionadas com esse processo. As instituições envolvidas são “espaços de possíveis”, “campos de produção cultural”, que correlacionam a produção artística com as condições sociais do autor/público, criando um espaço objetivante de relações sociais, entre os agentes e as instituições. Essa correlação e essa objetividade seriam criadas a partir das relações de poder, fruto da distribuição desigual do capital econômico e simbólico. Assim, as instâncias de consagração seriam as instituições compostas por eruditos, detentores dos meios e técnicas de produção, que por sua vez constituiriam um “estado de doxa” determinante da leitura das obras-de-arte: o que se deve ler de cada obra e de quem se deve ler (o que seria ou não obra-de-arte). Nesse sentido, as mudanças nesses

³ A aura não vem sendo, dessa maneira, destruída pela nova estrutura econômico-social, mas esta (ou a sua percepção) deixa de ser uma característica inerente ao objeto, ou determinada estruturalmente, e passa a ser construída socialmente através de sua circulação e biografia. A narrativa, suas leituras e fases desses objetos retomam, ainda, o caráter mágico, religioso e ritual com que cada oleiro trabalhou e possuiu o seu vaso.

campos (artístico, literário etc.) seriam determinadas pelos interesses dos campos de produção (cf. Bourdieu, 1977). Contudo, conforme vimos, as regras não são mais apenas determinadas pelos produtores, ou pelos detentores de conhecimento ou capital social. Os eruditos não ditam mais as regras do que seria ou não arte, e nem o que será produzido. As regras, e mesmo as consagrações, passam a ser construídas a partir do complexo e extenso rol de inter-relações entre as condições, fases, candidatura e expectativas dos agentes (não mais somente dependentes dos produtores) envolvidos na circulação dos bens simbólicos. As instâncias de consagração são produzidas, portanto, pelas “relações de consagração”.⁴

As relações e as instâncias de consagração, tomadas sob a ótica do consumo cultural, são responsáveis pela produção de identidades coletivas, uma vez que, enquanto bens simbólicos são comunicadores: primeiro, internamente, no sentido de satisfazerem os desejos do consumidor; segundo, externamente, em uma ligação da sociedade para com o indivíduo, no sentido de que os próprios objetos estão carregados de uma significação social forte – como um *status*, por exemplo. (cf. Appadurai, 1995, p. 29; cf. Featherstone, 1995, p. 38)

Além disso, a obra-de-arte transcende e se diferencia das commodities comuns por encerrar complexas e distintas potencialidades de commoditização, diferentes destinações e relações de consagração. De fato, as relações de consagração delimitam grupos sociais, uma vez que os objetos consumidos servem também para criar, demarcar e reforçar diferenças ou semelhanças sociais, vinculando, pelo viés da circulação, o indivíduo à sociedade. Essa perspectiva permite a compreensão dos diferentes jogos de poder e da produção do status social, envolvidos na aquisição, nos controles e nas formas de estruturação dos canais de circulação das mercadorias. Essa perspectiva permite, enfim, o estudo dos fluxos culturais como produtores da identidade nacional, como se verá a seguir.

⁴ A distinção entre arte erudita e arte popular, aqui também perde sentido, já que ambas vão estar vinculadas à idéia de circulação e, mesmo, consumo de massas. A distinção estará, mais uma vez, muito mais nas condições das fases, candidatura, contexto, circulação e consumo (de signos e *status*, no sentido apontado por Baudrillard) dessas obras, do que propriamente em seu conteúdo. O público, inicialmente passivo nessa circulação, passa a esperar uma postura iconoclasta e rebelde dos artistas, pois, nesse contexto, eles não mais se tornariam artistas se não o fizessem, assumindo um papel ativo de consagração. O próprio mercado se tornou uma importante instância de consagração. A distinção entre a arte e a “não-arte” se dará no processo de circulação; daí falarmos de “relações de consagração”.

A CIRCULAÇÃO DAS OBRAS-DE-ARTE E A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL

A idéia de nação, que era utilizada de diferentes maneiras, servindo para designar quaisquer grupos ou forma de comunidade política, encontrou, no discurso político da Revolução Francesa, o contexto significativo que hoje atribuímos ao termo. Não obstante, o entendimento da nação como uma comunidade política, soberana e portadora de autodeterminação (fundida, portanto, ao Estado) surge somente no século XIX, a partir de Guiseppe Manzzini (cf. Bobbio *et al.*, 1997). A partir de então, a idéia de nação, que encontrou as mais distintas significações, passou a se vincular ao conceito de soberania, a ponto de esta ligação ser juridicamente formalizada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Além disso, a idéia de nação adquiriu uma propriedade territorial através da sua ligação com o Estado.⁵

Assim, a relação nação/soberania se torna de suma importância, na medida em que vincula a nação ao Estado, tornando-a uma construção de classes particulares e objeto de uma política de identidade, que recairia sobre seus três componentes: o sentimento nacional; a consciência nacional; e a identidade social.

Seguindo a orientação moderna de nação (e tendo em mente seus estreitos laços com as idéias de soberania, Estado, e construção), vamos adotar a definição dada por Anderson: “uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana” (Anderson, 1993, p. 23, Trad. do autor). A nação seria uma comunidade porque esta se dá no interior de uma sociedade em que a consciência e o sentimento nacionais criam laços de solidariedade e identidade entre seus membros. Seria imaginada, pelo fato de os indivíduos terem a imagem de uma comunhão e identificação com outros indivíduos, apesar de não conhecerem seus “pares” (e esta imagem ser construída). É imaginada como limitada devido ao fato de o sentido de uma nação específica se propagar dentro de fronteiras finitas,⁶ mesmo que estas sejam elásticas, além das quais se encontram outras nações. É, por fim, imaginada soberana por ser, por um lado, construída à imagem de um indivíduo (portador de livre arbítrio e autodeterminação – soberano, portanto)

⁵ A nação para Weber vai ser entendida como: “[...] uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio” (Weber, 1982, p. 207). Norberto Bobbio vai defini-la como: “[...] a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a idéia de nação suscita e mantém. [...] a função da idéia de nação, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”. (Bobbio *et al.*, 1997, p. 797)

⁶ A idéia de fronteira deve ser aqui entendida tanto em seu sentido territorial quanto simbólico.

(cf. Esteves, 1997) e, por outro, devido à própria origem da idéia moderna de nação, cuja concepção representou o sonho de o povo (membros daquela nascente nação francesa) ser livre frente à subordinação dinástica e/ou teológica, cuja garantia se circunscreve ao Estado Soberano e sua liberdade e autodeterminação (cf. Anderson, 1993). Ressalte-se que, para a nação se configurar como uma comunidade política, soberana e para ser limitada, é necessário que a nação tenha uma dimensão internacional figurada reflexivamente no outro. O limite existe apenas se além dele há o outro, o “não-eu”, bem como somente há a soberania no caso de um reconhecimento mútuo. Assim, a nação somente existe na medida em que há o mútuo reconhecimento das identidades e da interação reflexiva destas, pautadas pela dimensão (também reflexiva) eu/outro, e na medida em que a própria diferenciação nacional cria as condições para a formação e aceitação de sua identidade, interesses e ações por ela determinados.

A formação da idéia de nação, seja ela construída (ou imaginada) através de políticas de identidade ou pelo discurso retórico (nacionalista) de classes particulares, encerra, segundo Bhabha, um caráter pedagógico. Este caráter pedagógico (nacionalista) trata, segundo Esteves, de “uma operação discursiva na qual a nação é o objeto do discurso” (Esteves, 1997, p. 6). A implicação imediata dessa pedagogia é tomar (ou tornar) a idéia de nação como detentora de uma existência objetiva, vinculada a uma identidade categórica, já que, interpretada (ou lida) como um objeto, esta se torna una e homogênea, tanto em sentido como em caráter e destino. Seus fundamentos estariam em uma presença a priori de seus elementos (povo, história, território etc.) sobre os quais recaem o tropos⁷ da leitura do nacional, que, pelo próprio fato de estarem pré-estabelecidos, objetiva a pedagogia nacionalista e a própria idéia de nação.

Entretanto, ao tomar a nação como

um território cultural disputado, onde o povo tem de ser pensado em um tempo duplo, as pessoas são “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, atribuindo ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica construída ou no evento. As pessoas são também os sujeitos de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar o prodigioso princípio ativo do povo como aquele processo contínuo através do qual a vida nacional é redimida e significada como um processo repetitivo e reprodutivo (Bhabha *apud* Esteves, 1997, p. 9),

⁷ “Tropos” é definido por Esteves como “movimento pré-figurativo que adequa a linguagem a um determinado objeto”. (Esteves, 1997, p. 5)

Bhabha vai contrapor ao componente objetivo da pedagogia nacional um componente subjetivo: a narrativa. A nação, ao ser narrada, deixa de ser um mero objeto passivo pré-existente à sua narrativa e se torna o endereço ativo/passivo da mesma: constrói-se à medida que vai sendo narrada. Pedagogia e narrativa convivem, dessa forma, em constante tensão na construção do nacional.

As obras-de-arte, sua história e circulação, com suas ricas significações culturais, constituem, neste contexto, verdadeiras instâncias da narrativa nacional, operando performaticamente (e, portanto, não objetivamente) em sua construção. A nação abre, dessa maneira, espaço para a manifestação de diferentes expressões e realidades culturais (cf. Esteves, 1997) que, ao mesmo tempo constroem e desconstróem a idéia de nação.

O Estado vai chamar a si o papel de narrador (e construtor) da identidade nacional, a fim de transmitir, controlar e criar uma imagem una (oficial) que irá se confundir, pela estreita relação Estado/nação, com a própria identidade do país. Assim, por exemplo, os Estados retiram publicamente objetos e imagens de circulação tais como terras públicas, monumentos, coleções nacionais de arte, insígnias, objetos-rituais etc., para, em um novo contexto, marcar a biografia destes, sacralizando-os e singularizando-os como meio de se narrar a idéia de nação.

A centralização e definição das atividades estatais, ocorridas a partir de Westphalia,⁸ figuradas na imagem de um poder estatal central, levaram à construção de uma identidade do Estado, e posteriormente da nação, vinculada a um território onde, pela ausência de autoridades supranacionais e pelo reconhecimento dos demais Estados, seu governo teria o pleno exercício de seu poder de polícia, jurisdição, política e vontade, enfim, de sua soberania. Assim, o poder central passou a ter um papel capital na formação da idéia de nação e identidade e passou a ser diretamente influenciado pela própria identidade que criara.

⁸ O tratado de Westphalia pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e foi composto, na realidade, por dois tratados: o de "Osnabrück" e o de "Münster" (cumpre notar que ambos os tratados se revestiram da forma bilateral, tendo a Suécia e seus aliados de um lado, e o imperador e os príncipes germânicos por outro – a técnica dos tratados multilaterais era então desconhecida) (cf. Daillier *et al.*, 1992, p. 44). A sua ratificação, em 1648, coroou alguns dos mais importantes princípios das Relações Internacionais e do Direito Internacional que, de certo modo, perduram até os dias de hoje. O tratado representou a superação do modelo feudal, a separação do poder espiritual e temporal, a ascensão das cidades e da burguesia, a criação de um Estado centralizado com um ordenamento jurídico-administrativo, moeda e forças armadas unificadas, além de simbolizar a cristalização de conceitos e princípios como os de soberania nacional, igualdade formal dos Estados, autonomia, independência entre as políticas interna e externa, o nascimento do Direito Internacional moderno, e o equilíbrio de poder. (cf. Daillier *et al.*, 1992)

Através da narrativa nacional e da construção de sua identidade, o Estado consolidou estruturas de conhecimento coletivo acerca do que é, de quais são as funções e qual é o papel do próprio Estado. Este conhecimento coletivo depende de atores que acreditem nele de forma a que o engajem em práticas que reproduzam essa estrutura, o que é feito através da pedagogia nacional e da relação “eu/outro”. Isto é possível uma vez que o “discurso nacional” é capaz de gerar lealdades.

A identidade de um Estado implica, ainda, em suas preferências e ações consequentes. A narrativa nacional consolidou a identidade dos Estados criando expectativas generalizadas contrafáticas sobre suas propriedades essenciais,⁹ que recaem sobre todo o sistema internacional que age, entende, e se relaciona com esses atores enquanto tal. Os interesses e preferências nacionais (estatais) foram gerados a partir da idéia do “eu” e do “outro” (cf. Wendt, 2000) que fora lentamente construída em torno da nação, de forma a que as inter-relações entre os atores e o ambiente ou estrutura se deram, não apenas no sentido de se alcançar a sua realização, mas também em sustentar a sua identidade (eu e o outro) geradora dessas necessidades.

Essa identidade perdurou desde os princípios de Westphalia, até aproximadamente a década de 70 (século XX), consagrando os Estados como os principais atores do cenário internacional, marcados pela independência entre as políticas externas e internas, bem como a delimitação precisa das fronteiras territoriais entre as quais se davam as interações do sistema. Este modelo pode ser entendido a partir da alegoria das “bolas de bilhar” (Burton, 1993),¹⁰ que reafirma a autonomia entre as políticas internas e externas, e mais, demonstra a incomunicabilidade entre o interior dos Estados e o cenário internacional (e, portanto, a sua não interação direta nesse sistema). Assim, as interações do sistema internacional eram realizadas apenas pelos governos dos Estados através da chancelaria oficial.

Desse modo, os Estados não vão, apenas, ter interesse em controlar a narrativa e construção nacional interssocialmente, mas também em controlar os canais e meios de circulação transnacionais¹¹ dessa narrativa (narrativa que, como

⁹ 1) ser um ordenamento normativo-legal; 2) ser uma instituição que pretenda ser detentora do monopólio do uso legítimo dos meios organizados de violência; 3) soberana; 4) social; 5) territorial. 1 é a propriedade da concepção marxista de Estado, 2 e 3 da weberiana, 4 da pluralista e 5 é comum às três. (cf. Wendt, 2000, p. 202)

¹⁰ Para Burton, as relações internacionais se dariam a partir da interação entre os Estados. Esta interação ocorreria de forma análoga a bolas de bilhar se chocando, umas com as outras, em uma mesa de sinuca. Note-se que os interiores das esferas não se comunicam. (Ver Burton, 1993)

¹¹ Keohane e Nye definem as relações transnacionais como contatos, coalizões e interações através das fronteiras do Estado que não estão controladas por órgãos centrais encarregados da política exterior dos governos. (cf. Keohane, Nye, 1971)

vimos, se confunde com a própria narração da identidade nacional e da identidade do país). A circulação dos elementos que narram, e a própria narrativa do nacional tornaram-se, neste contexto, associadas à realização de “interesses nacionais”, marcando o surgimento de uma diplomacia cultural que visava, segundo Herz, apoiar a política externa dos Estados Nacionais, gerir os padrões culturais hegemônicos (historicidade) e exportar cultura (cf. Herz, 1987). Esse controle, tanto interno quanto externo, leva ao fechamento do Estado no que Beck chama de “container social”, isto é, o Estado passa a controlar a sociedade, encerrando suas significações sociais em um espaço determinado: “é o controle do espaço pelo Estado”. (Beck, 1999, p. 52)

A LÓGICA WESTPHALIANA DE CIRCULAÇÃO

Construído à imagem de um “container social” que regula os fluxos culturais através de políticas de identidade, o Estado atribui à própria experiência estética uma dimensão territorial. Essa dimensão nos permite perceber como as culturas nacionais se tornaram “estruturas de autoridades” imaginadas, que rivalizam entre si na medida em que são distintas e aspiram à soberania e à dominação.

O período colonial representou, através do pacto colonial e da exportação do modelo cultural do nacional (ou seja, através do controle dos fluxos e trocas culturais por parte dos Impérios) para além da Velha Europa, a sua consagração e difusão em escala mundial. As potências coloniais perceberam que era necessária a criação de um código cognitivo em suas colônias que criasse um verdadeiro estatuto étnico e cultural de aceitação da subordinação e inferioridade em relação à metrópole. Os fluxos culturais do período colonial estabeleceram-se como instrumentos de dominação hegemônica dos Estados coloniais.

As trocas – poder-se-ia dizer imposição, já que a assimetria entre a colônia e a metrópole determinava um fluxo unidirecionalmente imposto, que pode ser chamado de política transnacional com efeitos culturais de dominação –¹² firmaram-se como um canal através do qual a hegemonia metropolitana se legitimaria e organizaria, criando consenso, estabilidade e harmonia dentro do sistema de diferenciação social colocado pela metrópole.

¹² “A política transnacional com efeitos de dominação tem lugar sempre que há uma considerável diferença de poder entre os actores sociais participantes”. (Kaiser, 1990, p. 290)

O romance¹³ desempenhou neste quadro, por exemplo, um papel de consolidação da autoridade metropolitana, consolidação esta que não estava apenas vinculada à gestão social (através da narração de um determinado ordenamento cognitivo, no sentido da criação de uma pedagogia nacional), mas também ligada ao normativo e ao soberano, na medida em que se valida no (e do) próprio curso da narrativa (narrativa nacional) para a criação de expectativas generalizadas e da sua permanência temporal. É dessa forma que o romance trabalha na apropriação dos elementos de história, memória e experiência das colônias, juntamente com a diferenciação, criando, na narrativa, novos espaços sociais e novas identidades. A narrativa é um ato social e sua leitura traz à tona a autoridade da história e da sociedade (autoridade da experiência daquele que narra, daquele que escuta, e do objeto da narrativa). O romance é, para Said, “[...] uma narrativa concretamente histórica que se modela pela história real de nações reais” (Said, 1995, p. 117). Partindo disso, o Estado vai interferir nos meios de circulação da arte no sentido de apropriar-se dos canais pelos quais se dá a narrativa, visando controlar as leituras e o surgimento de novas narrativas. No momento do exercício de tal controle, as fronteiras entre os “containers sociais” se delimitam com mais força e clareza. Obras-de-arte “agraciadas” com o *status* de “obras nacionais” passam a representar todo aquele Estado e sua nação, como se – na imagem benjaminiana – no vaso, estivessem impressas agora não mais as marcas da mão do artista, mas os sinais de identificação da própria nação (marcas que se confundem com as das próprias mãos do Estado), que representam, em seu pano de fundo, todas as mãos anônimas da população desse Estado. O Estado, assim, tenta aproximar a narrativa nacional da pedagogia nacional, no sentido de melhor criar e controlar a idéia do nacional.

Essa aproximação e controle da circulação vai se dar através da montagem, pelos governos, de uma verdadeira “logística de consagração” das chamadas “obras nacionais”. São exemplos os congressos coloniais internacionais realizados pela França e Inglaterra nos anos de 1889, 1890, 1894, 1902 etc. (cf. Said, 1995); as exposições (como as exposições mundiais iniciadas em 1667 em Paris, que estabeleceram um verdadeiro padrão de exposição “oficial” [cf. Williams, 1992]); o alto prestígio de certas academias culturais que “ditavam as regras” da produção cultural; o patronato oficial que atuava no sentido de patrocinar, proteger e manter a produção artística; a troca de agentes culturais que se incumbiam da promoção,

¹³ Na verdade, a arte em geral desempenhou esse papel, dado seu forte caráter simbólico. Todavia, na literatura e, mais especificamente no romance, esse papel se tornou mais evidente e explícito.

informação, divulgação etc., da arte doméstica em países estrangeiros (cf. Herz, 1987) etc. Todas essas medidas criavam um *tropos* vinculado aos interesses do Estado.

Através desse controle, as obras-de-arte passaram a circular desempenhando um triplo papel. Circulavam, por um lado, em nome do Estado-nação em cujo seio surgiu. Nesse papel, simbolizavam a convergência entre a nação e o Estado. As manifestações culturais (nacionais) firmavam, construíam, representavam e imaginavam uma identidade nacional no cenário doméstico. O segundo papel foi o de servir de instrumento à circulação da narrativa e pedagogia nacional, tanto no sentido anterior (firmar uma identidade internamente) quanto para a afirmação dessa identidade no plano internacional. O terceiro papel seria o de se apropriar da história e experiência dos povos colonizados em nome da metrópole e promover uma releitura desses elementos, fornecendo uma nova experiência e espaço social (diferenciado) aos colonos, ou seja, construindo (imaginando) uma identidade e idéia de nação cuja consciência sobre o território, domínios geográficos e culturais (subjacentes ao espaço social consolidado) produz estabilidade e justifica o domínio colonial.

A LÓGICA PÓS WESTPHALIA DE CIRCULAÇÃO

As mudanças ocorridas a partir da década de 70 acabaram por questionar o sistema westphaliano e criar dúvidas acerca de sua superação ou permanência. A complexidade das atuais inter-relações (do sistema internacional) torna impossível a determinação de pólos dominantes. As novas articulações e interações se dão em torno de grupos de interesse, áreas temáticas ou regimes como: paz e segurança, normas de comércio e relações econômicas e financeiras, direitos humanos, meio ambiente, tráfico de drogas, fluxos migratórios. Não há um único tema na agenda internacional e torna-se difícil articular todo o sistema, uma vez que, a cada tema, participam e se articulam atores diferentes. A diversidade e a atomização das articulações, fruto da nova pluralidade nas Relações Internacionais, acabam por gerar um sistema de freios e contrapesos de forma que, mesmo sendo um ator hegemônico em uma temática ou regime específico, esse mesmo ator não o será em outra área, impedindo-o de articular, sozinho, todo o sistema.

Acirram-se as trocas e fluxos em torno dessas áreas temáticas. Abrem-se novos canais de comunicação, interações e circulação – tanto horizontais quanto verticais e transversais – independentes da intermediação da chancelaria oficial dos Estados e abertos a atores não-estatais.

Os novos atores não-estatais, como as organizações de defesa do meio ambiente, dos Direitos Humanos, grupos terroristas, agências de comunicação, opinião pública, grupos separatistas, empresas transnacionais, especuladores do mercado financeiro etc., atuam e interagem cada vez mais no sistema. Se antes esses atores atuavam através de fluxos horizontais interestatais (os governos, detentores do monopólio da política externa, negociavam entre si e repassavam os frutos desta negociação à sua sociedade interna), nessa nova configuração multidimensional, os atores da esfera interna reivindicam autonomia, passando a agir, muitas vezes, independentemente de seu governo estatal, colocando em xeque as concepções tradicionais das Relações Internacionais, que consideram os atores estatais como os principais, senão os únicos, atores internacionais.

As trocas culturais, antes feitas quase exclusivamente pela via da diplomacia cultural, agora também serão realizadas pelas “relações culturais”. Se aquelas se ligavam a todo um aparato da chancelaria oficial e ao interesse direto dos países envolvidos, estas têm uma autonomia, realizando-se diretamente entre os atores (não necessariamente estatais), visando a cooperação e benefício mútuo (cf. Herz, 1987). A principal via de circulação dessas obras será, contudo, através dos canais econômicos de circulação.

Esse fenômeno (da transnacionalização) representa um enorme crescimento dos canais de difusão comerciais, políticos, culturais etc. e, também, caracteriza a internacionalização da produção, trazendo à tona a problemática da internacionalização das commodities culturais. Essa problemática se firma na permanência da existência de grandes assimetrias entre os atores, abrindo novas margens para um “imperialismo cultural” realizado através de um número muito maior de canais e atores, tornando as novas formas de dominação cultural extremamente complexas e sutis. As infinitas possibilidades de articulação em torno da troca de narrativas e de sua leitura retomam a discussão da dominação, uma vez que a própria narrativa, através da troca de experiências, é constituidora de formas de percepção, de sistemas cognitivos e de padrões de comportamento, fornecendo um quadro cultural aos atores envolvidos, quadro este que, segundo Clifford Geertz, tem um potencial controlador sobre o comportamento humano, já que, pelo fato de as culturas serem diferenciadas, estas se tornam “fontes simbólicas de eliminação”, “mecanismos de controle orientadores do comportamento humano”.¹⁴ (cf. Geertz, 1983)

¹⁴ Segundo Herz, C. Joppke argumenta sobre este tema que “quanto mais se muda, mais é a mesma coisa”. (Joppke *apud* Herz, 1987, p. 68, trad. do autor)

Convém ressaltar que o debate em torno da identidade e cultura nacionais permanece. Porém, essa narrativa também circula por vias não estatais, fugindo ao controle e territorialidade do Estado, pondo em xeque a própria referência quanto à identidade do Estado e, conseqüentemente, quanto às expectativas e conhecimento coletivo, criados em sua órbita. Um outro aspecto que se levanta na convivência da construção e narrativa de uma identidade nacional pelos canais do Estado e pelos canais não estatais é o referente à temporalidade. As articulações não estatais em torno de regimes, grupos temáticos ou expectativas generalizadas somente perduram e criam lealdades quando essas expectativas se tornam contrafáticas, reiteradas, e geram alguma forma de solidariedade entre os que compartilham o conhecimento coletivo em questão. Essas articulações têm questionado, com eficácia, a narrativa nacional feita pelo Estado (que outrora era indiscutivelmente capaz de criar lealdades), acirrando ainda mais a complexidade do jogo das inter-relações entre as narrativas estatais e não estatais.

A abertura desses novos canais de troca de experiências vai determinar uma mudança quanto ao conhecimento coletivo acerca da identidade do Estado e de todos os conceitos e estruturas a ela ligados e definidos desde Westphalia. A idéia de nação bem como a própria idéia de Estado se desvinculam da territorialidade. Os novos canais fogem à capacidade de ação e controles estatais, implodindo a idéia dos “containers sociais”, relativizando as expectativas geradas em torno do ordenamento, jurisdição e funções do governo, soberania, sociedade e território estatais.

Esses novos canais e vias de inter-relações e comunicação permitiram que os grupos sociais domésticos trocassem experiências e narrativas particulares, diferentes daquelas imaginadas e narradas pela “versão oficial” e interesse do Estado. O monopólio Estatal de atuação no plano externo e o controle dos canais de troca no cenário internacional levavam a trocas de narrativas de identidade nacional. Estas dissolviam as diferentes identidades internas em uma identidade maior, una, oficial, homogênea, ou seja, em uma “identidade síntese”. Dessa maneira, as trocas narrativas se multiplicaram e afetaram diretamente os sujeitos envolvidos. A narrativa possui intrinsecamente um sistema de significação e representação cultural. A identidade é um sistema de identificação que se referencia tanto no eu quanto no outro. A multiplicidade de narrativas (e leituras) que interagem no sistema tornou-se tão grande frente aos novos canais e possibilidades de circulação que, a todo tempo, o referencial de identidade (tanto a narrativa, quanto sua leitura) muda. A pedagogia nacional abre, cada vez mais, espaço para as várias narrativas transnacionais. As identidades nacionais se tornam fluidas e multidimensionais, frente ao novo processo de identificação. Segundo Stuart Hall, o pró-

prio processo de identificação cultural tornou-se contingente, sendo a identidade uma verdadeira “celebração móvel” constante e continuamente formada e transformada pela leitura das maneiras pelas quais somos representados ou interpelados, dentro do sistema cultural (cf. Hall, 1997). Em uma perspectiva pós-wesphaliana, as relações de consagração são permanentemente re-examinadas por práticas culturais transnacionais, transformando seu caráter e dissolvendo as instâncias de consagração nacionais.¹⁵ (cf. Hall, 1997; cf. Herz 1987)

A circulação da arte a partir de canais transnacionais privados e não estatais trará, dessa forma, conseqüências às identificações nacionais, que passarão a articular suas identidades também através do comportamento em relação aos fluxos de troca e circulação (que, conforme exposto, envolvem uma série de significações e valores culturais da sociedade – e do contexto – em que se dão). Em situações de contato entre culturas, por exemplo, torna-se importante não somente determinarmos os objetos e idéias transculturais que são adotados, mas a maneira como estes são culturalmente redefinidos e postos em uso (cf. Appadurai, 1995). Desse modo, torna-se interesse natural das sociedades regulamentar ou controlar tais fluxos. Appadurai nos aponta que:

Apesar de as commodities, por virtude de seus destinos de troca e mútua comensurabilidade, tenderem a dissolver a ligação entre pessoas e coisas, esta tendência é sempre balanceada por uma contra-tendência, em todas as sociedades, de restringir, controlar e conduzir as trocas (Appadurai, 1995, p. 24, trad. do autor).

Como expressões dos interesses das elites em relação aos comuns, nós temos a política da moda, da lei suntuosa, e do tabu, todas as quais regulam a demanda. Ainda, desde que as commodities constantemente se espalham além das fronteiras de culturas específicas (e assim de regimes de valor específicos), tal demanda por controle político é sempre ameaçada com distúrbios. Em um surpreendente número de sociedades, é possível se presenciar o seguinte paradoxo comum: é do interesse daqueles no poder congelar completamente os fluxos de commodities, criando um universo fechado de commodities e um rígido corpo normativo sobre como os fluxos devem se mover. (Ibidem. p. 57, trad. do autor)

Essas questões surgem cada vez mais no cenário internacional, frente ao acirramento dos fluxos transnacionais e à perda estatal de controle sobre eles.

¹⁵ Assim, as próprias definições do que constitui ou não conhecimento aceitável e, portanto, das normas que informam a tomada de decisão por parte dos governos dos Estados, se vêm subsumidas por uma gramática transnacional. A respeito dos aspectos cognitivos da tomada de decisão em política externa, veja-se Herz, 1987, 1988 e 1994.

Esses fluxos podem, ainda, gerar assimetria (ou a reprodução) entre as relações sociais dos atores envolvidos, dependendo do contexto e da candidatura da commodity e do fluxo envolvido.

Dessa forma, a identidade passa a ser determinada pela maneira como as sociedades vão se articular com relação à complexa teia de relações e interações¹⁶ a que os fluxos e narrativas expõem esses grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da modernidade, as obras-de-arte passaram a ser consagradas e a adquirir significado, não mais pelas instâncias de consagração, mas sim a partir da sua circulação.

A circulação das obras-de-arte no cenário internacional vai adquirir um forte significado de troca de experiências e narrativas nacionais e subnacionais. Essas trocas de experiências estão ligadas aos processos de identificação e construção (imaginação) do nacional. A circulação torna-se um instrumento de afirmação de identidades que pode ser utilizado tanto no sentido da construção de uma identidade “interna” ao Estado (ou a um grupo social determinado), como no da consolidação de expectativas em torno dessa mesma identidade no cenário internacional – ou mesmo na modelagem de identidades alienígenas –, com fins a uma dominação ou interesses particulares, como foi o caso da exportação cultural no período colonial.

Assim, o processo de criação da identidade estatal se deu através da atuação dos governos dos Estados, na apropriação e controle dos meios de circulação das narrativas nacionais (e, ao aproximarem essas narrativas da pedagogia nacional imaginada pelo governo), de maneira a consolidarem o conhecimento coletivo próprio e alheio em torno do que é o Estado e de qual é a sua identidade nacional.

Se os fluxos seguiam, desde Westphalia, a lógica do controle estatal e da criação de lealdades nacionais limitadas dentro de uma identidade nacional territorialmente circunscrita, a partir da década de 70, os fluxos vão se libertar das “amarras” e controles estatais, através do surgimento de novos canais de comunicação e narrativa que não atravessam as instâncias de consagração do Estado.

Essas mudanças conferiram um grande impulso às trocas e contatos entre as narrativas nacionais (agora não mais necessariamente vinculadas ao território

¹⁶ Bem como de suas condições, assimetrias ou simetrias e contexto.

rio), já que os grupos sociais internos aos Estados vão adquirir mecanismos suficientes para operarem autonomamente os meios de circulação dessas narrativas implodindo os limites dos “containers sociais”, mesmo que essas narrativas colidam com os interesses de Estado. Esse cenário, contudo, abre espaço para novas formas de dominação, devido à permanência de assimetria entre os atores influenciando no controle e nas fases de circulação, especialmente no que concerne à candidatura dos objetos e narrativas envolvidos e na abertura de novos canais de penetração e convivência social. Devemos estar atentos ao fato de que essas narrativas transmitem símbolos sociais que, manipulados, podem criar uma consciência coletiva e tornar a própria identidade uma ideologia e forma de representação coletiva, através da qual os sujeitos definirão a si mesmos e a seu Estado, criando um consenso e gerando dominação, à maneira das políticas culturais imperialistas.

Tais vicissitudes abrem ainda espaço para um novo processo de identificação, já que as identidades são “imaginadas” a partir da referenciação de símbolo que vão balizar o entendimento do espaço social eu¹⁷/outro. As narrativas nacionais vão se relacionar nesse processo, à medida que narram referenciais para essa construção. Como a narrativa tem um caráter fluido, variante, performático, identidade também não se firma de maneira estática e monolítica. Esta se imagina (constrói) à medida que o “eu” posiciona a sua narração e leitura frente a narração e leitura do “outro”, em um constante *devir*. As identidades nacionais (sociais) são, dessa forma, verdadeiras construções sociais, produzidas pela interação entre as diversas narrativas que circulam na sociedade, pelo contexto em que essas narrativas se dão e pela identidade assumida pelos atores dentro desse sistema.

Por fim, deve-se ressaltar que, em grande medida, os interesses, preferências e as ações nacionais são balizados pela afirmação da identidade do ator, dentro do sistema, a partir da diferenciação eu/outro. O ator irá interagir no sistema a partir de sua identidade, tanto no sentido da realização de seus objetivos quanto no da sustentação de sua própria identidade, identidade esta que pautou sua ação.

¹⁷ Este “eu” pode se referir a um grupo determinado.

ABSTRACT

The works of art are consecrated and acquire meaning through their process of circulation as they narrate their biography and exchange experiences. States use the art flow to build and narrate their identities by creating consolidated expectations about their functions and role. These expectations legitimise and support the very concept of State since they create collective knowledge about the State both for the "self" and for the "other". With the recent changes in the international system, new paths of circulation are created, free from State control and generating changes in the collective knowledge about the identity and functions of the State.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- _____. (Org.). **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização: equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BENJAMIN, Walter. A obra-de-arte na era de sua reprodutibilidade técnica. (Primeira Versão). In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. [S.l.]: Brasiliense, 1985.
- _____. **A tarefa do tradutor**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: EdNUB, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- BURTON, John W. World Society. In: KAUPPI, Mark V.; VIOTTI, Paul R. **International relations theory: realism, pluralism, globalism**. Nova York: Macmillan Publishing Company, 1993.
- DAILLIER, Patrick et al. **Direito internacional público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- ESTEVES, Paulo L. M. L. **Nação e ficção em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Projeto de Tese de Doutorado, 1997. (Inédito)
- FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Tradução de Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade.** São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Local knowledge: further essays in interpretative anthropology.** [S.l.]: Basic Books, 1983.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. In: **Contexto Internacional**, v. 16, n. 1, jan./jul. 1994.

_____. A dimensão cultural das relações internacionais e os atores não governamentais. In: **Contexto Internacional**, v. 8, 1988.

_____. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. In: **Contexto Internacional**, v. 6, jul./dez. 1987.

KAISER, Karl. A política transnacional: para uma teoria da política multinacional. In: BRAILLARD, Philippe. **Teoria das relações internacionais.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph (Org.). **Transnational relations and world politics.** [S.l.]: Harvard, 1971.

KRATOCHWIL, Friedrich; LAPID, Yosef (Org.). **The return of culture and identity in IR theory.** Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1996.

MAN, Paul de. **The resistance to theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

MORIN, Edgar. **Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário.** Lisboa: Publicações Europa-América, [s.d.].

PALUMBO-LIU, David; GUMBRECHT, Hans U. (Org.). **Streams of cultural capital: transnational cultural studies.** Stanford: Stanford Press, 1997.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS FILHO, Onofre. **Hegemonia e relações internacionais: atores transnacionais, espaços e interações.** [S.l.]: [s.n.], 1999. (Inédito)

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.